



Simulado Final

TRF 3

**Cargo: Analista Judiciário -
Área Judiciária
Pós-Edital**

Simulado

Simulado Final TRF-3 (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do TRF-3**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/smaQoRkFisJGqWtMA>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra*

Atualmente, muito se ouve falar acerca de aquecimento global. O aquecimento global é, em resumo, o aumento da temperatura média do planeta que se dá por meio do efeito estufa. Esse é um fenômeno natural responsável pela manutenção da temperatura na Terra, porém, devido ao aumento da poluição, das queimadas e do desmatamento, o efeito estufa está ocorrendo em níveis muito acima do ideal.

Em razão dos altos níveis do efeito estufa, o aquecimento global se intensifica, causando o derretimento de calotas polares (regiões cobertas por gelo, localizadas nas duas extremidades da Terra), aumento do nível de geleiras naturais, desertificação de áreas e alterações nos níveis de chuva por todo o globo terrestre.

Essas mudanças climáticas causadas pelo efeito estufa geram alterações nos níveis de chuva, resultando em uma elevação em determinada região. Tal aumento, ocorrendo concomitantemente à poluição e à falta de infraestrutura nas cidades, resulta no aumento de enchentes, inundações e alagamentos.

As enchentes são fenômenos naturais. Elas ocorrem a partir do aumento do volume de água dos rios. Assim como as enchentes, as inundações também são fenômenos naturais e podem ser definidas como o transbordamento de água em um espaço. Já os alagamentos podem ser descritos como um acúmulo de água em locais inadequados, seja em zonas urbanas, acarretado pelo entupimento de bueiros, ou em zonas naturais, causado pela baixa capacidade de absorção de água pelo solo.

Em zonas urbanas, as enchentes causam danos a casas e comércios, provocando destruição da estrutura destes e de outros bens materiais, como camas, geladeiras e fogões. Em casos mais graves, as fortes chuvas podem acarretar o desmoronamento, além de contribuir para a proliferação de doenças, como, por exemplo, a leptospirose.

As mudanças climáticas causadas pelo efeito estufa e pelo aquecimento global estão cada vez mais perceptíveis

e prejudiciais à vida na Terra. Logo, cabe a nós, cidadãos, tomarmos as atitudes necessárias para revertermos essa preocupante realidade de forma que possamos garantir um futuro melhor para nós e para as próximas gerações, visando sempre à sustentabilidade e à consciência socioambiental.

01. Sobre o texto acima, assinale a alternativa incorreta.

- a) O aquecimento global, causado pelo aumento do efeito estufa devido à poluição e desmatamento, está elevando as temperaturas médias do planeta.
- b) O derretimento das calotas polares e a desertificação de áreas são causas diretas do aquecimento global intensificado.
- c) As mudanças climáticas resultantes do aquecimento global geram alterações nos níveis de chuva, aumentando a ocorrência de enchentes, inundações e alagamentos, especialmente em áreas urbanas.
- d) Enchentes e inundações são fenômenos naturais agravados pela falta de infraestrutura e poluição, resultando em danos significativos a propriedades e aumento de doenças.
- e) A necessidade de ações conscientes e sustentáveis por parte dos cidadãos é crucial para mitigar os impactos negativos das mudanças climáticas e garantir um futuro melhor para as próximas gerações.

02. Assinale a alternativa que apresente correção em relação à concordância.

- a) Embora o aquecimento global seja um fenômeno natural responsável pela manutenção da temperatura na Terra, o aumento da poluição, das queimadas e do desmatamento têm exacerbado esse efeito, resultando em níveis alarmantes que ameaçam o equilíbrio climático do planeta.
- b) As altas concentrações de gases do efeito estufa, que intensificam o aquecimento global, não apenas causa o derretimento acelerado das calotas polares e o aumento do nível dos oceanos, mas também promove a desertificação de vastas áreas, impactando negativamente os ecossistemas e a biodiversidade.
- c) Devido às mudanças climáticas associadas ao efeito estufa, há uma alteração nos padrões de precipitação, o que, combinado com a poluição e a insuficiência de infraestrutura nas áreas urbanas, resultam em enchentes e alagamentos cada vez mais frequentes e destrutivos.
- d) Apesar de serem fenômenos naturais, as enchentes e inundações são agravadas pela intervenção humana, como o entupimento de bueiros nas cidades e a diminuição da capacidade de absorção do solo, fenômenos que podem ser mitigados por políticas públicas eficazes e conscientização ambiental.
- e) A fim de prevenir os danos causados pelas enchentes, que incluem desde a destruição de bens materiais até a proliferação de doenças como a leptospirose, é imprescindível que adotemos medidas sustentáveis e de infraestrutura, promovendo um planejamento urbano que considerem os impactos das mudanças climáticas.

03. Quanto à colocação pronominal, assinale a alternativa que apresente desvio.

- a) Apesar de o efeito estufa ser essencial para manter a temperatura da Terra, as atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento desenfreado, têm aumentado a

concentração de gases estufa, exacerbando-se o aquecimento global e seus efeitos adversos.

- b) A intensificação do aquecimento global, que se justifica pelo aumento dos níveis de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa, tem levado ao derretimento acelerado das geleiras e calotas polares, contribuindo para a elevação do nível do mar e a perda de habitats naturais.
- c) As mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global, que incluem alterações nos padrões de precipitação e eventos climáticos extremos, têm resultado em enchentes mais frequentes e severas, especialmente em áreas urbanas que se mostram carentes de infraestrutura adequada.
- d) Embora enchentes e inundações sejam processos naturais, a urbanização desordenada, combinada com a falta de sistemas eficientes de drenagem, tem agravado-se a ocorrência desses eventos, causando prejuízos materiais significativos e colocando em risco a saúde pública.
- e) Para mitigar os impactos das mudanças climáticas e prevenir futuros desastres, é fundamental que se adotem práticas sustentáveis, invistamos em tecnologias verdes e promovamos a educação ambiental, de modo a garantir um equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a preservação do meio ambiente.

04. Quanto à substituição de um substantivo por um pronome átono, assinale a alternativa correta:

- a) Essas mudanças climáticas causadas pelo efeito estufa geram alterações nos níveis de chuva / **geram-nos**
- b) Em zonas urbanas, as enchentes causam danos a casas e comércios / **causam-lhes**
- c) as fortes chuvas podem acarretar o desmoronamento / **podem acarretá-los**
- d) visando sempre à sustentabilidade. / **Visando-lhe sempre.**
- e) Logo, cabe a nós, cidadãos, tomarmos as atitudes necessárias / **tomarmo-las.**

05. Assinale a alternativa incorreta em relação ao emprego do acento de crase.

- a) Devido à intensificação do aquecimento global, as regiões próximas à calotas polares estão enfrentando um rápido derretimento do gelo.
- b) As políticas públicas voltadas à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas precisam ser implementadas com urgência para evitar desastres ambientais.
- c) A contribuição das atividades humanas à emissão de gases de efeito estufa é um dos principais fatores do aquecimento global.
- d) A falta de infraestrutura adequada nas cidades leva à ocorrência frequente de enchentes e alagamentos durante as chuvas intensas.
- e) As campanhas de conscientização são essenciais para educar a população quanto à importância de práticas sustentáveis e à preservação do meio ambiente.

06. Em uma conversa sobre aquecimento global. Ana perguntou ao irmão: João, você já percebeu como as temperaturas estão cada vez mais altas nos últimos anos?

A oração acima está no discurso direto. Transpondo-se tal estrutura para o discurso indireto, teríamos a seguinte versão correta:

- a) Ana perguntou ao irmão se ele percebe como as temperaturas estão cada vez mais altas nos últimos anos.
- b) Ana perguntou ao irmão se João havia percebido como as temperaturas estavam cada vez mais altas nos últimos anos.
- c) Ana perguntou ao irmão se você percebera como as temperaturas estão cada vez mais altas nos últimos anos.
- d) Ana perguntou ao irmão se ele perceberia como as temperaturas estavam cada vez mais altas nos últimos anos.

e) Ana perguntou ao irmão se ele tinha percebido como as temperaturas estavam cada vez mais altas nos últimos anos.

07. Assinale a alternativa em que o emprego da(s) vírgula(s) é facultativo.

- a) O aquecimento global está ameaçando ecossistemas em todo o mundo, causando a extinção de diversas espécies.
- b) O derretimento acelerado das calotas polares está contribuindo, de modo muito significativo, para a elevação do nível do mar.
- c) A frequência e a intensidade das enchentes e secas têm aumentado, devido às mudanças climáticas.
- d) poluição industrial e a queima de combustíveis fósseis intensificam o efeito estufa, aquecendo ainda mais o planeta.
- e) Para combater o aquecimento global e proteger nosso futuro, medidas urgentes e efetivas são fundamentais.

08. A *poluição industrial e a queima de combustíveis fósseis* intensificam o efeito estufa...

Se o verbo, destacado acima, fosse transposto para a voz passiva, teríamos:

- a) são intensificados
- b) era intensificado
- c) será intensificado
- d) tem sido intensificado
- e) é intensificado

09. No último parágrafo, o termo 'Logo' só não poderia ser substituído por:

- a) Portanto
- b) Pois
- c) Então
- d) Por conseguinte
- e) Desse modo

10. As mudanças climáticas causadas pelo efeito estufa e pelo aquecimento global estão cada vez mais perceptíveis e prejudiciais à vida na Terra.

O termo sublinhado exerce a função de:

- a) sujeito
- b) complemento nominal
- c) objeto indireto
- d) adjunto adnominal
- e) agente da passiva.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

11. Três praças José, Luciano e Oslani, ganharam R\$ 20.000,00 como premiação. José tem 2 filhos, Luciano, 3 filhos e Oslani, 5 filhos. A divisão da premiação será feita de forma proporcional ao número de filhos. A diferença entre as partes de Oslani e José é igual a:

- a) R\$ 2.000,00
- b) R\$ 3.000,00
- c) R\$ 4.000,00
- d) R\$ 6.000,00
- e) R\$ 5.000,00

12. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

- a) 2 vestidos a mais do que o de 24 anos.
- b) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- c) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- d) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- e) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.

13. Em um saco há 180 bolinhas, umas brancas, outras pretas e não há bolinhas de outra cor. Das bolinhas do saco, 60% são pretas. São retiradas N bolinhas brancas do saco e, então a porcentagem de bolinhas pretas do saco passou a ser de 80%.

O valor de N é

- a) 20.
- b) 25.
- c) 30.
- d) 40.
- e) 45.

14. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.

- I. Lucas é médico ou Marina não é enfermeira.
 - II. Se Arnaldo é advogado, então Lucas não é médico.
 - III. Ou Otávio é engenheiro, ou Marina é enfermeira, mas não ambos.
 - IV. Lucas é médico ou Paulo é arquiteto.
- A partir dessas informações, é correto afirmar que
- a) Paulo não é arquiteto ou Marina não é enfermeira.
 - b) Marina é enfermeira e Arnaldo não é advogado.
 - c) Se Lucas não é médico, então Otávio é engenheiro.
 - d) Otávio é engenheiro e Paulo não é arquiteto.
 - e) Arnaldo é advogado ou Paulo é arquiteto.

15. Se eu paguei o aluguel ou comprei comida, então o meu salário entrou na conta.

Uma afirmação equivalente a afirmação anterior é

- a) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel e não comprei comida.
- b) Se eu paguei o aluguel e comprei comida, então o meu salário entrou na conta.
- c) O meu salário entrou na conta e eu comprei comida e paguei o aluguel.
- d) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel ou não comprei comida.
- e) Se eu não paguei o aluguel e não comprei comida, então o meu salário não entrou na conta.

NOÇÕES SOBRE O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

16. Considerando que a Constituição Federal garante a igualdade de todos perante a lei, o Conselho Nacional de Justiça aponta, em sua Resolução nº 401/2021, as diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos *órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão. Assim, para promover a acessibilidade, o poder judiciário deverá implementar:*

- a) adequação dos sistemas informatizados de tramitação processual dos órgãos do Poder Judiciário, a fim de que seja assegurado o andamento prioritário, em todos os atos e diligências, nos processos judiciais e administrativos em que a pessoa com deficiência seja parte ou interessada.
- b) adequação dos sistemas informatizados de tramitação processual dos órgãos do Poder Judiciário, a fim de que seja assegurado o andamento prioritário em atos e diligências, de todos os processos judiciais.

c) adequação da tramitação processual dos órgãos do Poder Judiciário, a fim de que seja assegurado o atendimento personalizado, em todos os atos e diligências, nos processos judiciais e administrativos em que a pessoa com deficiência seja parte.

d) adequação dos sistemas informatizados de tramitação processual dos órgãos do Poder Judiciário, a fim de que seja assegurado o andamento prioritário, em todos os atos e diligências, apenas nos processos judiciais em que a pessoa com deficiência seja parte ou interessada.

e) adequação dos sistemas informatizados de tramitação processual dos órgãos do Poder Judiciário, a fim de que seja assegurado o andamento prioritário, em todas as decisões dos processos judiciais e administrativos em que a pessoa com deficiência seja parte ou interessada.

17. Conforme preceitua a Lei nº 13.146/2015, bem como diante dos direitos e garantias fundamentais previstas no art. 5º do Texto Constitucional, toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Dessa forma,

- a) considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, exceto a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
- b) considera-se discriminação em razão da deficiência determinadas formas de exclusão, por ação ou omissão que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
- c) considera-se discriminação em razão da deficiência diversas formas de exclusão, por ação ou omissão que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência.
- d) considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
- e) considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, exceto a

recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

18. O atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas portadoras de deficiência ou que possuem limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade, assim, o tratamento diferenciado inclui, exceto

- a) assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis.
- b) mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
- c) serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento.
- d) disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- e) admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nos locais necessários, salvo nas edificações de uso público e naquelas de uso coletivo.

19. Luiz, portador de deficiência visual em um dos olhos requisitou o acesso às vagas reservadas à pessoa com deficiência (PcD) em um concurso público de sua cidade. Assim, considerando sua visão monocular, Luiz

- a) deverá concorrer às vagas de ampla concorrência, já que sua condição não o enquadra como PcD.
- b) ainda que possua dificuldades visuais, deverá concorrer às vagas de ampla concorrência, podendo solicitar auxílio durante a realização da prova.
- c) deverá atentar-se ao edital do certame, que irá definir se sua condição o enquadra nas vagas destinadas às pessoas com deficiência.
- d) poderá concorrer às vagas destinadas à pessoa com deficiência, sem qualquer impedimento.
- e) poderá concorrer às vagas destinadas à pessoa com deficiência, desde que realize uma perícia médica que constate seu impedimento.

20. Um jovem, que estuda para concursos, sabendo dos seus direitos, buscou atendimento destinado a pessoa com deficiência em um fórum de sua cidade, alegando a dificuldade auditiva por possuir perda unilateral de sua audição. Nesse caso,

- a) o jovem poderá requisitar o atendimento já que sua condição o enquadra como PcD, em qualquer hipótese.
- b) só será dado a ele o atendimento prioritário em caso de perda unilateral total, já que apenas nesse caso o jovem seria considerado pessoa com deficiência.
- c) só seria dado a ele o atendimento prioritário se sua perda auditiva fosse bilateral, ainda que parcialmente
- d) o fórum deverá analisar a situação para conferir a ele o acesso ao atendimento prioritário.
- e) o jovem só será considerado pessoa com deficiência na hipótese de concorrência à cargos públicos, no caso em tela não é necessário o atendimento prioritário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. No tocante às regras aplicáveis aos ocupantes de cargos em comissão e exercentes de função de confiança, é correto afirmar que

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros, na forma da lei.
- b) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- c) as funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas a atribuições de direção, assessoramento e chefia, em que há desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais.
- d) apesar de os cargos em comissão serem de livre exoneração, a autoridade nomeante está vinculada ao atendimento às restrições do direito público, a exemplo da vedação ao nepotismo e outras condições eventualmente previstas em lei.
- e) os ocupantes de cargo em comissão, na esfera federal, adquiriram estabilidade no serviço público com a promulgação da Constituição Federal caso estivessem, em 1988, há três anos exercendo seu cargo.

22. Assinale, abaixo, competência do Tribunal de Contas da União (TCU) prevista na Constituição Federal:

- a) julgar as contas do Presidente da República como mecanismo republicano de controle da gestão governamental.
- b) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal para cargos de livre nomeação e exoneração.
- c) aplicar aos responsáveis, em caso de irregularidade de contas, sanções criminais previstas em lei.
- d) fiscalizar integralmente as contas, sejam nacionais ou não, das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe.
- e) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade em ato ou contrato.

23. Considerando as disposições da Lei 9.784/1999, é correto afirmar que o recurso interposto no âmbito de processo administrativo

- a) somente pode ser manejado por aqueles que figurarem como interessados no processo.
- b) deve ser interposto no prazo de 30 dias contado da ciência da decisão combatida.
- c) não será nem mesmo conhecido após exaurida a esfera administrativa.
- d) caso veicule alegação de que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, impõe à autoridade prolatora da decisão impugnada sua reconsideração.
- e) poderá ser interposto exclusivamente em face de razões de legalidade.

24. No que se refere ao desfazimento dos atos administrativos, é correto asseverar que a(o)

- a) anulação decorre da constatação de que o ato não atende ao interesse público.
- b) revogação enseja o desfazimento do ato com efeitos *ex tunc*.

c) controle judicial dos atos não ocorre sobre atos discricionários.

d) controle administrativo dos atos administrativos prescinde de provocação.

e) cassação ocorre quando surge norma jurídica que torna inadmissível situação anterior, na qual foi praticado o ato administrativo.

25. Como resultado da desconcentração administrativa, são criados órgãos públicos, os quais podem assumir diversas posições hierárquicas. Órgãos previstos no próprio texto constitucional, que não se subordinam a outros entes e cujos titulares são agentes políticos, em regra, são chamados de órgãos

- a) supremos, como o Supremo Tribunal Federal.
- b) independentes, como os Gabinetes de Desembargadores.
- c) independentes, como o Senado Federal.
- d) autônomos, como o Superior Tribunal de Justiça.
- e) polivalentes, como a Presidência da República.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

26. O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, ao julgar recurso de apelação, julgou válida lei local que fora contestada em face de lei federal. Nesse caso, exauridas as instâncias ordinárias e preenchidos os demais requisitos exigidos, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado Alfa é suscetível de ser impugnado mediante:

- a) reclamação, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- e) recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

27. Os servidores de determinado órgão do Poder Judiciário do Estado XX indignados com a não realização, pelo quinto ano consecutivo, da revisão geral anual, contrataram advogado para saber qual autoridade ou órgão deveria elaborar o projeto de lei e quais as consequências pela sua não elaboração. O advogado respondeu corretamente que a iniciativa é privativa do:

- a) governador do Estado, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- b) Tribunal de Justiça, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- c) governador do Estado, e a não apresentação do projeto não gera direito subjetivo a indenização, mas devem ser declinadas as razões pelas quais não propôs a revisão;
- d) Tribunal de Justiça, sendo que a apresentação do projeto é ato essencialmente discricionário, de natureza política, que não carece de fundamentação e é insuscetível de controle;
- e) governador do Estado, de modo que cabe ao Poder Judiciário determinar ao chefe do Executivo que apresente o projeto de lei, podendo inclusive fixar o respectivo índice de correção.

28. Adalberto é juiz estadual e nunca reteve autos injustificadamente além do prazo legal, sempre devolvendo-os ao cartório com o despacho ou decisão devida. Ele exerce sua função na mesma entrância para a qual foi promovido por antiguidade há dois anos, tendo figurado por cinco vezes alternadas na lista de merecimento para promoção de entrância para entrância e integrando atualmente a primeira quinta parte da lista de antiguidade. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e considerando apenas os dados fornecidos, Adalberto:

- a) não pode ser promovido por merecimento, pois tal promoção pressupõe o tempo mínimo de três anos de exercício na respectiva entrância.
- b) não pode ser promovido por merecimento, pois para tanto é obrigatória a promoção do juiz que

figure por três vezes consecutivas em lista de merecimento.

- c) deve ser promovido por merecimento, respeitadas as normas incidentes na espécie.
- d) deve ser promovido por merecimento, sendo que o tribunal somente poderá recusar tal promoção pelo voto fundamentado de dois quintos de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.
- e) não pode ser promovido por merecimento, pois tal promoção pressupõe o tempo mínimo de cinco anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira terça parte da lista de antiguidade.

29. Referente ao Título VIII, da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Serão isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades de assistência social.
- b) Os benefícios ou serviços da seguridade social poderão ser criados, majorados ou estendidos sem a correspondente fonte de custeio total.
- c) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, poderá contratar com o poder público e dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- d) A respeito da Ordem Social, o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.
- e) A gestão administrativa da seguridade social deve ser tripartite, ou seja, formada por trabalhadores, empregadores e governo.

30. Marcio, brasileiro naturalizado, 32 anos é casado com Ana, que ocupa o cargo de Senadora do estado Alfa. Márcio pretende candidatar-se ao cargo de Governador do mesmo estado que sua esposa representa. À luz da sistemática constitucional e dos dados da narrativa, é correto afirmar que:

- a) Márcio não poderá se candidatar a Governador em virtude da inelegibilidade reflexa.
- b) Márcio é elegível para o referido cargo.
- c) Caso Márcio seja eleito, Ana não poderá concorrer à reeleição nas eleições seguintes.
- d) Márcio não poderá se candidatar pois não tem a idade mínima exigida para o cargo.
- e) Márcio não poderá se candidatar ao cargo de Governador, uma vez que se trata de cargo privativo de brasileiro nato.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Maurício

31. Abelardo, empregado de uma indústria de automóveis, recebe, além de seu salário, parcelas adicionais que compõem sua remuneração mensal. A seguinte parcela seria indevidamente excluída do salário-de-contribuição de Abelardo:

- a) as diárias para viagens.
- b) a participação nos lucros ou resultados da empresa, quando paga ou creditada de acordo com lei específica.
- c) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico e odontológico, próprio da empresa ou por ela conveniado.
- d) vale transporte pago em dinheiro, nos termos da legislação própria.
- e) os valores relativos ao 13º salário (gratificação natalina).

32. Acerca dos princípios constitucionais aplicáveis ao financiamento da Seguridade Social, julgue os itens a seguir:

- I – As pessoas físicas em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderão contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- II – Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- III – As contribuições sociais de seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, podendo ser cobradas apenas no exercício financeiro seguinte ao da sua publicação, em obediência ao princípio da anterioridade.
- IV - Lei ordinária poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e II
- b) II.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) II e IV.

33. Mathias, médico não aposentado, faleceu em 15/08/2022 em decorrência de um acidente de automóvel durante uma viagem de férias, deixando cônjuge de 42 anos, com quem era casado desde 08/04/2021, um filho inválido com 16 anos de idade e um filho adotivo de 11 anos. Ao tempo do falecimento, Mathias exercia sua atividade de médico em um consultório particular desde 2010 e em hospital público estadual desde 2020. Mathias era filiado e inscrito no regime de previdência social relativo a ambas as atividades profissionais que exercia, tendo recolhido tempestivamente as respectivas contribuições previdenciárias em vida.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta nos termos da legislação previdenciária:

- a) O cônjuge de Mathias fará jus à percepção da pensão por morte por apenas 4 meses.
- b) O cônjuge de Mathias fará jus à percepção da pensão por morte vitalícia.
- c) O valor da pensão por morte de Mathias, a ser partilhado entre seus dependentes, deverá corresponder à 80% da aposentadoria a que ele teria direito se, na data do óbito, estivesse aposentado por incapacidade permanente, observado o limite máximo de benefícios do RGPS.
- d) O valor da pensão por morte de Mathias, a ser partilhado entre seus dependentes, deverá corresponder à 100% da aposentadoria a que ele teria direito se, na data do óbito, estivesse aposentado por incapacidade permanente, observado o limite máximo de benefícios do RGPS.
- e) Apenas os filhos de Abelardo terão direito à pensão por morte.

34. Gleisi, 59 anos de idade, moradora de Jundiaí/SP, professora do ensino fundamental, casada com Dorival, mãe de 2 filhos, é segurada empregada filiada ao RGPS, possuindo 25 anos ininterruptos de contribuição em efetivo exercício na função de magistério da educação básica. Diante do exposto, podemos afirmar que:

- a) independentemente do cumprimento de carência, poderá ser concedida aposentadoria programada do professor a Gleisi, pois ela possui mais de 55 anos de idade e 25 anos de contribuição, que são os requisitos exigidos para a concessão do mencionado benefício.
- b) Gleisi não preenche os requisitos para a aposentadoria programada do professor, por não ter a idade mínima exigida pela legislação.
- c) uma vez cumprida a carência, poderá ser concedida aposentadoria programada do professor a Gleisi.
- d) Somente quando Gleisi completar 60 anos de idade e, pelo menos, 25 anos de contribuição, terá direito a uma aposentadoria programada do professor, cuja renda mensal inicial será 100% do salário de benefício.
- e) Gleisi não preenche os requisitos para a aposentadoria programada do professor, por não ter o tempo de contribuição na atividade de magistério exigido pela legislação.

35. Com relação aos benefícios concedidos pela Previdência Social, nos termos do Decreto 3.048/99, verifica-se que o(a).

- a) auxílio acidente é concedido apenas quando as lesões são decorrentes de acidente do trabalho e resultem em sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- b) aposentadoria especial é concedida mesmo que a exposição a condições especiais que prejudiquem a saúde tenha ocorrido de forma ocasional ou intermitente.
- c) aposentadoria por incapacidade permanente somente é concedida se o beneficiário gozou anteriormente do auxílio por incapacidade temporária e foi considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.
- d) auxílio por incapacidade temporária, quando a incapacidade for superior a 15 dias, é devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, se requerido em até 30 dias do afastamento e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade, se requerida no mesmo prazo.
- e) Caso o segurado exerça mais de uma atividade abrangida pela previdência social, o auxílio por incapacidade temporária não será devido caso a incapacidade ocorra apenas para o exercício de uma de suas atividades.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

36. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

37. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.

II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.

III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos Estaduais e Municipais, ainda que estes Territórios sejam divididos em Municípios.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

38. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS.
- b) Imposto sobre Grandes Fortunas.
- c) Imposto sobre Bens e Serviços - IBS.
- d) Imposto Seletivo - IS.
- e) Impostos Extraordinários de Guerra.

39. Um sindicato de trabalhadores alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, o sindicato financia suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas aos sindicatos dos trabalhadores.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que o sindicato dos trabalhadores é isento do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e o sindicato, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que o sindicato não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

40. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.

II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

III-) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

41. Conforme entendimento jurisprudencial, há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções, exceto no processo:

- a) Em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como membro do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha
- b) Quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive
- c) Quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo
- d) Quando for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes
- e) Em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.

42. Assinale a opção correta sobre o cumprimento de sentença:

- a) A impenhorabilidade de até quarenta salários-mínimos restringe-se a quantia depositada em caderneta de poupança.
- b) Quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, bastará a indicação do valor que entende correto para a apreciação do pedido.
- c) Em regra, a impugnação ao cumprimento de sentença não possui efeito suspensivo, fato que permite a prática dos atos executivos.
- d) As questões relativas à validade e à adequação da penhora não podem ser alegadas após o prazo para impugnação.
- e) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o cumprimento da sentença não dependerá de demonstração de que se realizou a condição ou o termo.

43. Pedro foi condenado ao pagamento de 200 salários-mínimos advindos de uma disputa contratual com Sônia. Depois do trânsito em julgado, Pedro soube que o juiz o qual julgou a causa era amigo íntimo de Sônia. Após o conhecimento do fato, Pedro entrou com uma ação rescisória, que deverá:

- a) Ser admitida, pois a situação narrada versa sobre impedimento do juiz, uma hipótese que permite a ação rescisória.
- b) Ser recusada, pois a situação narrada versa sobre impedimento do juiz, uma hipótese que não permite a ação rescisória.
- c) Ser admitida, pois a situação narrada versa sobre suspeição do juiz, uma hipótese que permite a ação rescisória.
- d) Ser recusada, pois a situação narrada versa sobre suspeição do juiz, uma hipótese que não permite a ação rescisória.

e) Ser admitida, pois a situação narrada mostra que Pedro descobriu um novo fato cuja existência ignorava, caso que, por si só, permite a ação rescisória.

44. Assinale a alternativa de acordo com o Código de Processo Civil sobre a Reclamação:

- a) Em situações excepcionais, é possível a propositura da reclamação mesmo após o trânsito em julgado.
- b) A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado não prejudica a reclamação.
- c) A reclamação pode ser interposta para garantir a autoridade das decisões dos tribunais superiores, não sendo meio hábil para garantir a autoridade dos demais tribunais.
- d) Recebida a reclamação, o relator obrigatoriamente suspenderá o processo ou o ato impugnado.
- e) Na reclamação que não houver formulado, o Ministério Público terá vista do processo por 15 dias, após o decurso do prazo para informações e para o oferecimento da contestação pelo beneficiário do ato impugnado.

45. Maria é fiadora de Eduarda em um contrato de aluguel de imóvel. Após perder o emprego, Eduarda ficou inadimplente. Diante dessa situação, o proprietário do imóvel propôs uma ação de cobrança em face de Maria. Sobre a situação, assinale a alternativa correta:

- a) Maria poderá pedir a inclusão de Eduarda no polo passivo para responsabilização através da figura da Denúnciação à lide.
- b) Por ser fiadora, Maria deve arcar com o prejuízo sozinha. Poderá entrar com ação para pedir indenização de Eduarda posteriormente.
- c) Maria poderá pedir a inclusão de Eduarda no polo passivo para responsabilização através da figura da do chamamento ao Processo.
- d) Maria poderá pedir a inclusão de Eduarda no polo passivo para responsabilização através da figura da Assistência Simples.
- e) Maria poderá pedir a inclusão de Eduarda no polo passivo para responsabilização através da figura do *amicus curie*.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

46. Sobre o inquérito policial, é correto afirmar que:

- a) o inquérito policial é regido, primariamente, como procedimento oral, haja vista que as oitivas realizadas durante sua condução não precisam ser necessariamente reduzidas a termo.
- b) o inquérito policial é procedimento indispensável à apuração da materialidade do fato e dos indícios de autoria.
- c) o inquérito policial, mesmo em tempos atuais, é considerado como procedimento inquisitivo, sem observância obrigatória do contraditório durante sua condução.
- d) o inquérito policial caracteriza-se como um processo judicial público.
- e) o inquérito policial caracteriza-se como um processo judicial sigiloso.

47. A atuação dos juízes e tribunais precisa ser delimitada, ou seja, a jurisdição é delimitada por critérios e a esta delimitação dá-se o nome de competência judiciária. Assim, a competência é o poder que tem o órgão do Poder Judiciário de fazer atuar a função jurisdicional em determinado caso concreto.

Com base nos seus conhecimentos sobre direito processual penal, marque a alternativa correta.

- a) Entende-se que não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
- b) Entende-se que competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, inclusive as competências privativas do Tribunal do Júri.
- c) Entende-se que a competência será determinada pela continência quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- d) Entende-se que se tratando de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela conexão.
- e) Entende-se que a competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela conexão do juízo federal do lugar da apreensão dos bens.

48. Sobre a busca e apreensão, assinale a alternativa correta.

- a) A busca domiciliar não poderá ser feita para apreender pessoas vítimas de crimes.
- b) A busca domiciliar não pode ser determinada de ofício pelo magistrado, devendo ser precedida de requerimento das partes.
- c) A busca pessoal dependerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito.
- d) Na busca domiciliar precedida de mandado, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.
- e) Na busca domiciliar, é expressamente vedado o arrombamento de porta, ainda que em caso de desobediência.

49. Acerca da disciplina das prisões e medidas cautelares, assinale a alternativa correta.

- a) Aplicada a medida cautelar de monitoração eletrônica, por ser a mais gravosa dentre as previstas em lei, não poderá haver cumulação com outras.
- b) As medidas cautelares diversas da prisão serão decretadas pelo juiz, de ofício, ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.
- c) Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
- d) É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período

de puerpério, assim entendido o período de 60 dias após o parto.

- e) O Supremo Tribunal Federal, em controle de constitucionalidade, reconheceu a inconstitucionalidade das diversas espécies que prisão especial.

50. Caio, oficial de justiça, não encontrou o acusado para citá-lo, pois este estava em lugar certo e não sabido. Nesse caso, procederá:

- a) à citação por hora certa.
- b) à citação por edital com prazo de 15 dias.
- c) à citação por edital com prazo de 30 dias.
- d) à citação por edital com prazo de 60 dias.
- e) à citação por edital com prazo de 90 dias.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

51. A respeito do prazo de vigência das leis, é correto afirmar:

- a) O prazo de *vacatio legis* da lei brasileira, quando esta for admitida, será de 90 dias nos Estados estrangeiros.
- b) Denomina-se *vacatio legis* o período que vai da aprovação da lei até o momento em que ela entra em vigor.
- c) O prazo de *vacatio legis* pode ser determinado, de modo específico, pelo legislador.
- d) A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, utilizando a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" à critério exclusivo do legislador.
- e) A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a exclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

52. Levando-se em conta os direitos da personalidade, julgue as afirmativas a seguir:

- a) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome, o sobrenome e a alcunha.
- b) O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham, desde que não haja intenção difamatória.
- c) Não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial sem autorização, salvo nos casos previstos em lei.
- d) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- e) Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade somente os ascendentes ou os descendentes.

53. No que se refere às pessoas jurídicas, é correto afirmar:

- a) São pessoas jurídicas de direito público interno todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
- b) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou erro grosseiro.
- c) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- d) Decai em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

e) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, ainda que exercidos fora dos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

54. Domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- a) O domicílio do preso é o lugar onde foi julgada a ação penal.
- b) O domicílio do servidor público é o lugar em que ele exerce permanentemente suas funções.
- c) O domicílio do incapaz é o do local onde ele for encontrado.
- d) Se a pessoa natural não tiver residência habitual, ter-se-á por seu domicílio a última residência registrada em seu nome.
- e) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde alternadamente viva, considerar-se-á seu domicílio apenas o lugar onde a profissão é exercida.

55. Com relação aos bens reciprocamente considerados, é correto afirmar:

- a) São pertencas os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro ou temporário, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- b) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertencas, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- c) Somente se separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.
- d) Consideram-se benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
- e) São benfeitorias necessárias as que têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore.

DIREITO PENAL*Renan Araújo*

56. Acerca da teoria do delito, assinale a alternativa correta:

- a) o Código Penal adota a teoria unitária no que tange ao estado de necessidade.
- b) Pela teoria da *actio libera in causa*, aquele que praticar conduta delituosa em situação de embriaguez voluntária não deverá ser considerado imputável.
- c) O “*commodus discessus*” é exigido na legítima defesa.
- d) A tentativa incruenta ocorre quando o agente, apesar de não alcançar a consumação, consegue ao menos atingir a pessoa ou coisa contra a qual dirige sua conduta.
- e) É isento de pena aquele que pratica o fato em situação de embriaguez acidental, completa ou incompleta.

57. Hugo e Bernardo, transitando em uma motocicleta e utilizando uma arma de fogo de uso restrito, abordaram um caminhão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT na rodovia e deram ordem para que o motorista da referida empresa pública parasse o veículo na entrada de uma comunidade. Josimar, motorista da EBCT, cumpriu a ordem e levou o veículo até a entrada da comunidade, momento no qual foi liberado pelos criminosos. Minutos depois, porém, a Polícia Rodoviária Federal, que havia sido acionada, chegou ao local e conseguiu prender Hugo em flagrante, apreendendo o produto do crime. Bernardo, porém, conseguiu fugir e levou consigo a arma do crime. No curso do processo, o motorista da EBCT foi ouvido, tendo afirmado que sentiu muito medo por sua vida, ante a arma apontada para sua cabeça. Hugo confessou o crime, tal como narrado pela acusação, mas alegou que a arma utilizada no crime era um simulacro de arma de fogo, e não uma arma real. Todavia, a arma não foi apresentada em Juízo para ser periciada.

Bernardo não foi denunciado, pois a acusação não conseguiu identificá-lo.

Nesse caso, é correto afirmar que Hugo deverá ser condenado pelo crime de:

- a) roubo simples tentado
- b) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito e pelo concurso de agentes, consumado, devendo o Juiz aplicar ambas as majorantes.
- c) roubo simples consumado
- d) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito e pelo concurso de agentes, consumado, podendo o Juiz aplicar somente uma das majorantes, necessariamente a que mais aumente.
- e) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito, não sendo cabível o emprego da majorante do concurso de agentes, eis que o comparsa não foi identificado.

58. Eduardo, Analista Judiciário do TRF3, ocupante de função de direção, apropriou-se de valores dos quais tinha a posse em razão de sua função pública. Três semanas depois, arrependido de seu ato, o agente devolveu integralmente os valores, antes mesmo que tivesse sido instaurada investigação criminal para apurar o fato.

Nesse caso, é correto afirmar que Eduardo:

- a) não praticou crime, ante a desistência voluntária.
- b) praticou crime de peculato consumado, majorado em um terço por ser ocupante de função de direção, com a redução de um a dois terços pelo arrependimento posterior.
- c) praticou crime de peculato consumado, sem majorantes ou minorantes.
- d) praticou crime de peculato consumado, majorado em um terço por ser ocupante de função de direção, sem redução relativa ao arrependimento posterior.
- e) praticou crime de apropriação indébita.

59. Juliano, sócio-administrador da empresa “CARRO NOVO LTDA”, pagou os salários de seus empregados no mês de agosto de 2023 realizando o cabível desconto relativo à cota previdenciária devida pelos empregados. Todavia, apesar de descontar os valores devidos pelos empregados ao INSS, Juliano, dolosamente, deixou de repassar os valores à previdência social.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Juliano configura:

- a) Sonegação de contribuição previdenciária
- b) Estelionato previdenciário
- c) Mera infração tributária, mas não configura crime
- d) Descaminho
- e) Apropriação indébita previdenciária

60. Bruno realizou compras num supermercado da cidade onde reside. Ao receber o troco, não se atentou para o fato de que recebera uma nota de R\$ 20,00 falsificada. Ao chegar em casa, Bruno conferiu as compras e o troco recebido, momento no qual percebeu que havia recebido a cédula falsa. Assim, para não ficar no prejuízo, Bruno restituiu a cédula à circulação.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Bruno configura:

- a) Crime de moeda falsa, em sua modalidade simples.
 - b) Crime de moeda falsa, em sua modalidade equiparada.
 - c) Crime de moeda falsa, em sua modalidade privilegiada.
 - d) Estelionato
 - e) Fato atípico
-

Estudo de Caso 1

Redija, de forma fundamentada, um texto dissertativo acerca da inviolabilidade domiciliar, garantida pela Constituição Federal no art. 5º, inciso XI.

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) Conceito de domicílio para a Constituição Federal;
- b) Hipóteses de admissibilidade de violação domiciliar;
- c) Posição jurisprudencial (STF) acerca dos limites para a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial;
- d) Autoridades com poder de ordenar a violação domiciliar.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 2

“Esses caracteres, que sem dúvida informam a atuação administrativa, de modo algum autorizariam a supor que a Administração Pública, escudada na supremacia do interesse público sobre o interesse privado, pode expressar tais prerrogativas com a mesma autonomia e liberdade com que os particulares exercitam seus direitos. É que a Administração exerce função: a função administrativa. Existe função quando alguém está investido no dever de satisfazer dadas finalidades em prol do interesse de outrem, necessitando, para tanto, manejar os poderes requeridos para supri-las. Logo, tais poderes são instrumentais ao alcance das sobreditas finalidades. Sem eles, o sujeito investido na função não teria como desincumbir-se do dever posto a seu cargo. Donde, quem os titulariza maneja, na verdade, ‘deveres-poderes’, no interesse alheio”

Bandeira de Mello. Curso de Direito Administrativo. 31.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014, p. 72.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do poder de polícia. Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir.

- a) Defina Poder de Polícia.
- b) Cite e explique os atributos do Poder de Polícia.
- c) Apresente as distinções entre Polícia judiciária e administrativa.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
